

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.705 - SP (2019/0214820-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : KITFRAME DO BRASIL ELETRO INDUSTRIAL LTDA
AGRAVANTE : MELQUISEDEC FRANCISQUINI
ADVOGADOS : NOEMIA APARECIDA PEREIRA VIEIRA - SP104016
ROGÉRIO HERNANDES GARCIA - SP211960
AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : RAFAEL BARROSO FONTELLES - SP327331
CAMILA MEDIM ABREU FRANÇA - SP262585
YARA MUSELLA CAIADO DE AZAMBUJA - SP426475

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por KITFRAME DO BRASIL ELETRO INDUSTRIAL LTDA e MELQUISEDEC FRANCISQUINI em face da decisão acostada às fls. 593-596 e-STJ, proferida em juízo prévio de admissibilidade.

Essencialmente, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre manejado pelos ora insurgentes conforme os seguintes fundamentos: *(i)* não verificada ofensa ao art. 1.022 do CPC/15; *(ii)* incidência da Súmula 83/STJ, citando precedentes desta Corte, o mais recente de fevereiro de 2016.

Inconformados, interpuseram o presente agravo em recurso especial (fls. 599-638 e-STJ) em cujas razões recapitularam o histórico da demanda, teceram considerações gerais sobre o cabimento do recurso especial, afirmaram ter havido usurpação da competência deste Tribunal Superior e ponderaram ser nula a decisão por carência de fundamentação. Alegaram, em resumo, que: (i) esta Corte superior mitiga a exigência de demonstração do dissídio pretoriano nas hipóteses em que esse é notório; (ii) a Súmula 83/STJ não pode ser aplicada às insurgências fundadas na alínea "a" do permissivo constitucional; (iii) a jurisprudência deste STJ é favorável à tese dos recorrentes, transcrevendo ementas de julgados datados de 2014; (iv) houve violação ao art. 1.022 do CPC/15. Renovou os argumentos contidos no recurso especial.

Sem impugnação (fl. 183 e-STJ).

É o relatório. Decide-se.

O agravo em recurso especial não ultrapassa o conhecimento.

1. Consoante entendimento desta Corte, pelo princípio da dialeticidade, compete à parte recorrente infirmar todos os fundamentos da decisão agravada. A ausência de impugnação específica torna forçoso o não conhecimento do reclamo, por aplicação do quanto disposto nos artigos 932, inc. III, do CPC/15.

Aplicável, ainda o óbice enunciado na Súmula 182 do STJ, a saber: "*É inviável o agravo do art. 545 do CPC/73 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada*".

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
INÉPCIA. **FALTA DE IMPUGNAÇÃO A TODOS OS
FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. MANIFESTA**

INADMISSIBILIDADE. DESISTÊNCIA PARCIAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. **Nos termos do art. 1.042 do CPC/15 c/c 253, parágrafo único, I do RISTJ, incumbe ao agravante o ônus de impugnar, especificamente, todos os fundamentos da decisão proferida pelo Tribunal de origem com o intuito de "destrancar" o recurso especial inadmitido, permitindo, assim, o exame deste pelo STJ.** 2. O agravo é apenas o meio idôneo a viabilizar o juízo definitivo de admissibilidade por este Tribunal, quando inadmitido na origem o recurso especial. Desse modo, há uma vinculação do primeiro com o segundo, de modo que, na sistemática de julgamento, o agravo deve ser sempre analisado com os olhos voltados para a admissibilidade do recurso especial e não para o acórdão recorrido. 3. **A partir de tais premissas, é possível inferir que não há como o agravante restringir o efeito devolutivo horizontal do agravo porque esse efeito já foi previamente delimitado pelos fundamentos da decisão exarada pelo Tribunal de origem.** 4. O ordenamento jurídico admite que a parte inconformada recorra, parcialmente, de uma decisão, e, ainda, que o órgão julgador conheça, em parte, do recurso interposto. Não há, entretanto, qualquer previsão que autorize a desistência parcial, tácita ou expressa, do recurso especial após sua interposição. 5. **É manifestamente inadmissível o agravo que não impugna, de maneira consistente, todos os fundamentos da decisão agravada.** 6. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido. (AgInt no AREsp 727.579/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017 - sem grifos no original)

Confirmam-se, no mesmo sentido, os seguintes julgados: **AgInt no AREsp 1074988/RJ**, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, **PRIMEIRA TURMA**, julgado em 22/08/2017, DJe 31/08/2017; **AgInt no AREsp 877.856/RJ**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, **SEGUNDA TURMA**, julgado em 08/11/2016, DJe 23/11/2016; **AgInt nos EDcl no AREsp 1017447/RJ**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, **TERCEIRA TURMA**, julgado em 27/06/2017, DJe 02/08/2017; **AgInt nos EDcl no AREsp 863.863/SP**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, **QUARTA TURMA**, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017.

Conforme entendimento do STJ, "Inadmitido o apelo especial pelo Tribunal a quo com fundamento na Súmula 83/STJ, incumbe à parte agravante apontar, nas razões do respectivo agravo em recurso especial, precedentes contemporâneos ou supervenientes aos indicados na decisão agravada, procedendo ao cotejo analítico entre eles" (AgInt no AREsp 830.527/SC, Rel. Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, julgado em 02/05/2017, DJe 15/05/2017). No mesmo sentido: AgInt no AREsp 1291925/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, **QUARTA TURMA**, julgado em 11/09/2018, DJe 18/09/2018.

No caso em comento, a decisão proferida em juízo prévio de admissibilidade fundamentou-se em: (i) insuficiência das razões recursais; (ii) incidência da Súmula 7/STJ; (iii) ausência de comprovação e de demonstração do dissídio jurisprudencial alegado.

Nas razões do agravo em recurso especial (fls. 599-638 e-STJ) os insurgentes recapitularam o histórico da demanda, teceram considerações gerais sobre o cabimento do recurso especial, afirmaram ter havido usurpação da competência deste Tribunal Superior e ponderaram ser nula a decisão por carência de fundamentação. Alegaram, em resumo, que:

(i) esta Corte superior mitiga a exigência de demonstração do dissídio pretoriano nas hipóteses em que esse é notório; (ii) a Súmula 83/STJ não pode ser aplicada às insurgências fundadas na alínea "a" do permissivo constitucional; (iii) a jurisprudência deste STJ é favorável à tese dos recorrentes, transcrevendo ementas de julgados datados de 2014; (iv) houve violação ao art. 1.022 do CPC/15. Renovou os argumentos contidos no recurso especial

Deixaram, assim, de impugnar de modo específico os fundamentos da decisão agravada, sendo insuficiente a impugnação à aplicação da Súmula 83/STJ.

Impositiva, portanto, a aplicação do artigo 932, inc. III, do CPC/15 e, ainda, por analogia do óbice enunciado na Súmula 182 do STJ, porquanto ausente ataque específico aos fundamentos da decisão monocrática agravada.

2. Do exposto, não se conhece do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator